

CRUZADO II

Dívida: esse tema pode acabar com as críticas?

O governo, com apoio do PMDB e do PFL, dá sinais de que está iniciando uma campanha nacional pela moratória.

Enquanto o economista Roberto Macedo previa, ontem, em São Paulo, que a dívida externa deverá se transformar em "Malvinas financeiras" — isto é, uma desculpa para unir os descontentes em torno do Cruzado II ([veja matéria abaixo](#)) — em Brasília, o governo, com o apoio do PMDB e PFL, dava todos os sinais de que realmente iniciou uma campanha popular contra o pagamento da dívida.

O presidente José Sarney "achou muito boa" a idéia do líder do PFL, deputado José Lourenço, de procurar o apoio de parlamentares norte-americanos para uma renegociação em condições compatíveis com as possibilidades de pagamento do Brasil. O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, por sua vez, afirmou que "a dívida externa constitui um entrave ao desenvolvimento do país. O presidente Tancredo Neves já dizia que o Brasil não poderia pagar sua dívida externa com o suor e com o sangue dos brasileiros".

Todos os políticos ouvidos ontem, sem exceção, se manifestaram a favor da renegociação. José Lourenço explicou que viajará para Washington, no próximo dia 5, onde conversará com os líderes dos partidos Democrata e Republicano, seguindo depois para Paris e Londres, onde conversará com os banqueiros.

Ele garantiu o apoio do PFL à iniciativa do presidente Sarney, no sentido de "endurecer o jogo com os credores internacionais. O país não pode mais continuar sangran-

do suas economias internas, para pagar o absurdo que foi pago nos últimos seis anos: cerca de US\$ 70 bilhões em juros e spreads".

O governo já deu diversas demonstrações de que o país é viável, que paga em dia seus compromissos; "impôs toda sorte de sacrifícios ao povo, gastou todas as suas economias internas", mas esbarra sempre na "incompreensão e insensibilidade" dos credores. Segundo ele, os US\$ 60 bilhões que o Brasil está negociando hoje só são muito a curto prazo, mas para um país das "nossas potencialidades, pode não representar quase nada em cinco anos".

O problema da dívida dominou a audiência que Sarney concedeu ontem ao governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes. Segundo Arraes, a recente vitória eleitoral representa um capital muito grande para o governo enfrentar os banqueiros. "O Brasil não é um negócio anárquico. Somos um povo que está se organizando e não pode ser esmagado com juros e dívidas." Defendeu a realização de uma auditoria, para quantificar a dívida e definir a sua origem.

Erros

Acrescentou que os erros do Plano Cruzado serão corrigidos. "Vamos ajudar nas medidas que façam com que o país não deixe de crescer e que só seja submetido a sacrifícios que possa assumir."

A Fundação Pedroso Horta, que é o órgão de estudos econômicos, políticos e sociais do PMDB, promoverá uma reunião extraordinária para debater a dívida. "O que

está em jogo é a soberania nacional", disse o líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga. O assunto voltou a ser discutido anteontem à noite, num encontro informal na residência oficial do deputado Ulysses Guimarães, presentes os governadores eleitos Miguel Arraes, Moreira Franco (RJ), Newton Cardoso (MG), Waldir Pires (BA), Pedro Simon (RS), além do ministro Raphael de Almeida Magalhães, os líderes Alfredo Campos e Pimenta da Veiga e o senador eleito José Richa (PR).

O senador mais votado da história do País, Mário Covas (PMDB-SP), comentou: "Se o governo tivesse anunciado as medidas 30 dias antes do pleito, mediante prévia consulta aos partidos que o apóiam, tenho certeza, todos nós poderíamos assumir sua defesa na praça pública, na televisão, na imprensa, mostrando ao povo as razões da iniciativa". E acrescentou: "Foi muito ruim o que aconteceu. O eleitor tem todo o direito de sentir ludibriado. De minha parte, tenho o maior cuidado em encarar o eleitor. O que será que está pensando: foi ou não enganado por nós

— governo e PMDB?

Depois de conversar com líderes do PMDB e com participantes da reunião na residência de Ulysses Guimarães, Mário Covas disse que apoiou inteiramente a posição assumida pela direção do PMDB de São Paulo — que reclamou maior participação nas grandes decisões governamentais. Mas reclama da mudança do índice de inflação. Reclamou também das contradições de ministros nas explicações do sistema de "gatilho" e da liberação dos aluguéis. A exemplo de outros líderes do PMDB, o novo senador paulista acha que está faltando maior e melhor comunicação entre o governo e o PMDB e mais debates internos no seu partido, no exame de questões relevantes.

Medida preparatória

O líder Pimenta da Veiga explicou que o novo Plano Cruzado precisa ser entendido como medida preparatória para a suspensão da dívida externa. Ele deixou claro que o governo, atacando "com soberania" o problema da dívida externa, fará com que a opinião pública entenda melhor os objetivos

da nova reforma do Plano Cruzado.

Ele confirmou, também, que, nas recentes conversas informais de líderes e dirigentes com governadores eleitos, um dos assuntos mais discutidos tem sido o da dívida externa, "que está nos levando à recessão, a novos e maiores sacrifícios para o povo". E acentuou: "Isso não dá mais".

O governador eleito do Rio, Moreira Franco, disse que, na reunião de anteontem com Ulysses Guimarães, ficou bem claro que a moratória seria consequência do novo Plano Cruzado. Segundo o líder do governo no Senado, Alfredo Campos, na conversa de anteontem ficou demonstrado que o novo Plano Cruzado "não agradou a ninguém". No entanto, todos concordaram em que o governo fez o que foi preciso fazer.

Os governadores eleitos concordaram com a proposta de Ulysses Guimarães, de adiar do dia 3 de dezembro para 10 de janeiro a "grande reunião" do PMDB. Um deles comentou: "A reunião não iria discutir os resultados eleitorais nem temas para a Constituinte. Um único assunto tomaria conta

da pauta: o novo Plano Cruzado. E não temos ainda condições de debater a matéria, diante das reações da sociedade e das contradições entre membros do governo".

José Richa voltou a dizer, na reunião, que o anúncio do novo pacto "foi simplesmente péssimo — pelo momento escolhido e pela desinformação e contradições que provocou".

O governador eleito do Paraná, Álvaro Dias, disse ontem, após encontrar-se com a cúpula da CNBB em Brasília, que o governo "foi infeliz na forma que encontrou para anunciar o Cruzado II", após as eleições, e que as medidas também deverão ter reflexos negativos junto à população de baixa renda. "Os resultados também serão sentidos na base da pirâmide, embora o governo tenha procurado criar mecanismos para camuflar a inflação com o IPC restrito." Frisando que as medidas, agora, "são um fato consumado", Álvaro Dias defendeu que o governo deveria partir para um postura ousada, buscando a suspensão negociada da dívida externa, a fim de estabilizar a economia do País.